

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2019.

(Do Sr. GUSTAVO FRUET)

Solicita informações ao Sr. Advogado-Geral da União a respeito da atuação da AGU no contexto da aplicação aos casos concretos, no Brasil, dos princípios e normas decorrentes da cooperação internacional relativa ao sequestro de crianças, nomeadamente quanto à aplicação da Convenção sobre os Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Crianças, concluída na cidade de Haia, em 25 de outubro de 1980.

Senhor Presidente:

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115, inciso I e 116 do Regimento Interno, solicito a V. Exª. que, ouvida a Mesa, seja encaminhado pedido de informações ao Sr. Advogado-Geral da União relativamente à aplicação aos casos concretos, no Brasil, dos princípios e normas decorrentes da cooperação internacional referente ao sequestro de crianças, nomeadamente quanto à aplicação da Convenção sobre os Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Crianças, concluída na cidade de Haia, em 25 de outubro de 1980, bem como quanto à aplicação da legislação brasileira pertinente. O presente pedido de informações encontra fundamento nos fatos a seguir descritos, considerando que:

a) no Brasil, em tempos recentes, têm-se verificado inúmeros e recorrentes casos de mulheres brasileiras - na verdade, mães que tiveram seus filhos no exterior - serem acusadas do sequestro de seus próprios rebentos. Nesses casos, via de regra, trata-se de cidadãs brasileiras que têm filhos no exterior com seus companheiros, em geral cidadãos estrangeiros. Em boa parte das situações, a decisão dessas mães pelo retorno ao Brasil é decorrente do fato de serem elas mesmas e seus filhos vítimas de maus tratos e de

violência doméstica, protagonizados pelos companheiros. Assim, muitas dessas brasileiras resolvem retornar ao Brasil com seus filhos - inclusive com a anuência do genitor. Porém, depois, por vezes, deparam-se com a acusação de sequestro internacional e com a impetração, pelo pai, de pedido de repatriação da criança, com fundamento na Convenção sobre os Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Crianças, concluída na cidade de Haia, em 25 de outubro de 1980.

b) a República Federativa do Brasil aderiu à Convenção sobre os Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Crianças, concluída na cidade de Haia, em 25 de outubro de 1980, mediante o depósito do respectivo Instrumento de Adesão ocorrido em 19 de outubro de 1999. Nesse sentido, o Brasil passou a obrigar-se internacionalmente aos termos da Convenção a partir de 1º de janeiro de 2000. No plano do ordenamento jurídico interno, o texto convencional passou a vigorar a partir de sua promulgação, por meio do Decreto nº 3.413, de 14 de abril de 2000, após sua prévia aprovação pelo Congresso Nacional, havida nos termos do Decreto Legislativo nº 79, de 15 de setembro de 1999.

c) em cumprimento aos termos da Convenção, a legislação brasileira regulamentou o tema contemplando, por meio do Decreto nº 3.951, de 4 de outubro de 2001, a designação de uma Autoridade Central, conforme previsto no texto convencional, destinada a atuar como ente competente para dar cumprimento às obrigações decorrentes de suas cláusulas. O mencionado diploma legal (Decreto nº 3.951/2001) designou para funcionar como Autoridade Central - atendendo à normativa da Convenção - a *Secretaria de Estado dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça*. Além disso, o Decreto nº 3.951/2001 definiu as competências da *Autoridade Central Administrativa Federal* (ACAF) e, ao mesmo tempo, instituiu um órgão administrativo, o *Conselho da Autoridade Central Administrativa Federal contra o Sequestro Internacional de Crianças* - definindo sua composição. Por fim, instituiu o *Programa Nacional para Cooperação no Regresso de Crianças e Adolescentes Brasileiros Sequestrados Internacionalmente*.

Assim, tendo em vista:

d) os procedimentos previstos pelo ordenamento jurídico brasileiro para restituição de crianças expatriadas, desde sua instauração - com a chegada de solicitação formulada pelo Estado de residência habitual da criança ao Estado brasileiro - dentre os quais destacam-se: a necessidade de verificação da presença dos requisitos administrativos para admissão do requerimento; o dever da *Autoridade Central Administrativa Federal (ACAF)* brasileira (*a Secretaria Especial dos Direitos Humanos – SEDH*) de buscar solucionar a questão de forma amigável; o dever de encaminhamento, pela *Autoridade Central Administrativa Federal (ACAF)* brasileira, à *Advocacia-Geral da União* dos casos em que haja resistência à restituição amistosa da criança, para análise jurídica e eventual promoção da ação judicial cabível.

e) que, em havendo decisão judicial favorável à restituição da criança ao país de origem, compete à *Advocacia-Geral da União* e à *Autoridade Central Administrativa Federal (ACAF)* envidar esforços, junto à Justiça, para que uma série de precauções sejam adotadas, de modo a garantir a higidez física e psicológica do menor e um traslado seguro durante o retorno ao país de residência habitual.

f) a vigência de exceções expressas à aplicação dos princípios de repatriação da criança, previstas pelo Artigo 13 da *Convenção sobre os Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Crianças*, segundo o qual a autoridade judicial ou administrativa do Estado requerido não é obrigada a ordenar o retorno da criança se a pessoa, instituição ou organismo que se oponha a seu retorno provar: 1º) que a pessoa, instituição ou organismo que tinha a seu cuidado a pessoa da criança não exercia efetivamente o direito de guarda na época da transferência ou da retenção, ou que havia consentido ou concordado posteriormente com esta transferência ou retenção; ou 2º) que existe um risco grave de a criança, no seu retorno, ficar sujeita a perigos de ordem física ou psíquica, ou, de qualquer outro modo, ficar numa situação intolerável. Além disso, o mencionado Artigo 13 prevê, ainda, que a autoridade judicial ou administrativa poderá também recusar-se a ordenar o retorno da criança se verificar que esta se opõe a ele e que a criança atingiu já idade e grau de maturidade tais que seja apropriado levar em consideração as suas opiniões sobre o assunto, sendo que – segundo o mesmo dispositivo – as

autoridades judiciais ou administrativas, ao apreciar as circunstâncias referidas, deverão tomar em consideração as informações relativas à situação social da criança - as quais serão fornecidas pela Autoridade Central ou por qualquer outra autoridade competente do Estado de residência habitual da criança.

g) a ocorrência, em tempos recentes, de falhas no cumprimento das normas da citada Convenção, combinadas com a aplicação da legislação interna sobre o tema, tanto no plano administrativo, por parte da Advocacia-Geral da União e à Autoridade Central Administrativa Federal (ACAF), como na esfera judicial, por parte da Advocacia-Geral da União, o que tem causado graves consequências para mães e seus filhos que, em razão de tais falhas, são afastados e têm seu natural convívio violado injustamente. Em tais casos, têm sido gerados imensuráveis prejuízos de toda ordem – em termos de condições de vida e saúde das crianças e também de cunho emocional, de difícil reparação, para as crianças e suas famílias, ainda e sempre em virtude de erros do Poder Público na condução dos processos;

h) os descompassos que se têm verificado quanto à plena eficácia e aplicação das normas da Convenção (e das leis internas), de um lado, por parte do Estado brasileiro e seus órgãos jurisdicionais e, por outro lado, pelas demais nações signatárias da Convenção, sendo patente o descumprimento do princípio da reciprocidade - com já se observou em se tratando da França – e a aparente omissão do Estado brasileiro quanto à questão.

i) o emblemático caso envolvendo a cidadã brasileira, a paranaense Valéria de Angelo Ghisi e sua filha Naomi Alice Smadar Benita Ghisi, de 3 anos de idade à época, separadas e apartadas do convívio desde novembro de 2016, em virtude de solicitação do Ministério da Justiça francês, referendada em execução provisória pela Justiça Federal no Paraná - cujo cumprimento se deu no território brasileiro, com base na citada Convenção DE Haia - de forma sumária e célere, em operação na qual atuaram em cooperação a *Autoridade Central Administrativa Federal (ACAF)*, agentes da Polícia Federal e contou até mesmo com o acompanhamento de agentes do governo francês.

Finalmente, reconhecidos os diversos aspectos que envolvem o caso de Valéria de Angelo Ghisi e sua filha Naomi Alice Smadar Benita Ghisi, tendo especialmente em consideração:

j) que Valéria de Angelo Ghisi foi vítima de violência doméstica em França, praticada por seu então companheiro e genitor de sua filha, Benjamin Benita, que é cidadão francês, sendo as agressões objeto de queixas e registros perante as autoridades policiais locais, que resultaram inclusive na prisão em flagrante do companheiro agressor;

k) que Valéria de Angelo Ghisi veio para o Brasil com sua filha Naomi Alice Smadar Benita Ghisi com a anuência do genitor, que concordou com a vinda de ambas, mediante a retirada das queixas-crime contra o pai e agressor;

l) que o comprovado caráter violento do genitor coloca em risco, inclusive até o momento, a integridade física e psicológica da filha;

m) que, ante o pedido de repatriação, a juíza responsável pelo processo na Justiça Federal em Curitiba havia sinalizado que somente liberaria o retorno da criança a Paris se fossem cumpridas as condições para garantir a segurança e uma vida estável para mãe e filha, antes do mandado de busca e apreensão ser efetuado. Porém, com o afastamento temporário do cargo da juíza titular, o juiz substituto determinou o retorno da criança, desconsiderando a aplicação das salvaguardas previstas pela Convenção;

n) que Valéria de Angelo Ghisi ao retornar para França com a filha foi surpreendida por uma ordem de prisão contra sua pessoa, prisão que somente foi relaxada pelas autoridades policiais francesas mediante a comprovação tempestiva que fez de ser ela própria vítima de violência doméstica praticada pelo companheiro;

o) que o Tribunal Regional da 4.^a Região, em Porto Alegre, reformou a decisão de 1.^a instância do Juiz Federal Substituto de Curitiba e determinou, por unanimidade, o retorno imediato da criança ao Brasil, sendo que a Segunda Vara da Família de Curitiba, devido à gravidade dos fatos, concedeu à mãe a guarda unilateral da criança. Decisão confirmada pelo Tribunal de Justiça do Paraná.

p) que a Advocacia-Geral da União e o pai da criança foram condenados pela Justiça Federal por litigância de má-fé, sendo que, além disso, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região considerou que a Advocacia-Geral da União errou ao desconsiderar as salvaguardas em relação aos direitos da mulher, comprovadamente vítima de violência doméstica, em aplicação à normas da Convenção sobre os Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Crianças, em especial as exceções previstas pelo Artigo 13 do texto convencional;

q) que a morosidade no restabelecimento da justiça, não obstante as decisões do Judiciário brasileiro (admitindo-se também que a Justiça francesa decida pelo retorno da criança), resultará em prolongado afastamento entre mãe e filha, acarretando desgaste emocional, aos quase se agregarão, certamente, prejuízos de ordem psicológica de árdua reparação para ambas;

r) que a justiça francesa já manifestou seu entendimento no sentido do não reconhecimento da aplicabilidade da decisão do TRF-4, o que, com base nos termos da Convenção e dos compromissos de cooperação assumidos pelo Brasil e pela França implicaria no imediato retorno da criança ao Brasil;

s) que, no caso concreto em questão, a República Francesa não tem reconhecido o princípio da reciprocidade em relação às ações do Brasil no que se refere à aplicação da Convenção sobre os Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Crianças;

t) que tanto a Autoridade Central Administrativa Federal (ACAF) como a advogada da AGU procederam reiteradamente e de forma célere e eficaz, tendo atuado com extrema diligência e cumprindo suas atribuições e deveres à exaustão, quando se tratou de dar cumprimento ao mandado de busca e apreensão da menor, e sua consequente expatriação, porém não têm demonstrado o mesmo procedimento no âmbito dos ritos que visam o retorno da criança ao Brasil face à decisão do TRF-4 sobre o caso;

u) que se verificaram evidentes falhas nas condutas e procedimentos da AGU e da ACAF, as quais, inclusive, induziram em erro o

juiz de 1º grau, o que resultou no injusto afastamento da criança de sua mãe, Valéria de Angelo Ghisi, em virtude da inobservância das salvaguardas aplicáveis, conforme estabelecido nas normas da Convenção;

v) que a separação entre mãe e filha, a qual perdura até o presente momento, estando a criança sob a guarda do pai, sob a mercê de seus cuidados - e, portanto, potencialmente vítima de alienação parental, haja vista que este é comprovadamente autor de violência doméstica contra a mãe - resultou em graves danos psicológicos já comprovados pela perícia psicológica determinada pela Justiça Federal do Paraná.

Ante as considerações expostas *retro*, aduzimos os seguintes questionamentos:

1 - Qual é a função institucional da Advocacia-Geral da União, nos termos da legislação pertinente, nas esferas administrativas e judicial, no tocante aos casos em que há pedido de repatriação de menor que haja sido vítima de subtração no exterior e que se encontre no Brasil, com base na Convenção sobre os Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Crianças, concluída na cidade de Haia, em 25 de outubro de 1980?

2 - Convenção prevê que: embora o retorno da criança/adolescente ilicitamente transferido ou retido em local diferente daquele de sua residência habitual seja, normalmente, a medida que melhor atende aos interesses das crianças, há casos e circunstâncias em que o retorno dos menores pode não corresponder ao interesse maior dos Estados signatários no sentido de garantir a proteção criança/adolescente. Para tanto, a Convenção regulamenta a aplicabilidade de exceções ao princípio geral do retorno da criança ao local de origem. Tais exceções devem ser necessariamente analisadas à luz do disposto no artigo 13 da Convenção. Nesse sentido, como se dá, por parte da AGU, o processo de verificação e análise dos casos concretos e, sobretudo, como é averiguada a existência dos requisitos excludentes da repatriação previstos pela Convenção?

3 - Qual o posicionamento da Advocacia-Geral da União e quais medidas a AGU porventura tem adotado em relação a sua representante no caso envolvendo Valéria De Angelo Ghisi e sua filha Naomi Alice Smadar

Benita Ghisi, haja vista os fatos apontados neste requerimento, as decisões judiciais exaradas sobre o caso e, principalmente, a condenação da AGU por litigância de má-fé, além do procedimento ético em curso perante a Corregedoria da AGU, enviado pela OAB-PR.

Em relação ao caso concreto do suposto sequestro da menor Naomi Alice Smadar Benita Ghisi, por sua mãe Valéria de Angelo Ghisi, apresentam-se, ainda, os seguintes questionamentos:

4 – Considerados os autos e elementos dos processos judiciais que correram em várias instâncias da Justiça Federal, no Paraná e no Rio Grande do Sul - que espécie de liame, interação, coordenação ou qualquer espécie de vínculo ou interesses comuns existem entre a representante da AGU nos processos judiciais relacionado são caso, a Autoridade Central Administrativa Federal – ACAF e o genitor da citada menor, o Sr. Benjamin Benita?

5 – Verificou-se no caso qualquer forma de subserviência das autoridades públicas brasileiras envolvidas no caso, da AGU e do Ministério da Justiça, em relação a suas contrapartes, agentes de ligação, agentes diplomáticos ou ao Poder Judiciário da República Francesa?

6 – Como se justifica o fato da AGU e a ACAF negarem a existência de violência doméstica em todas as fases do processo, apesar de existirem nos autos 3 (três) boletins de ocorrência, uma prisão em flagrante, e uma condenação com advertência pelo crime de violência doméstica praticado pelo genitor da menor, bem como cópia de todo inquérito e efetuado pela justiça francesa recebido pela ACAF e juntado nos autos pela própria AGU a partir do pedido da juíza da 1ª vara da JFPR?

7 – Por que na petição inicial a AGU alega sem qualquer embasamento fático e obviamente, sem apresentar qualquer documento comprobatório, que o genitor varão foi inocentado das acusações de violência feitas pela *taking parent* em processo que tramitou perante a Justiça francesa, em virtude da ausência de provas?

8 – Por que a AGU afirma nos autos que a mãe brasileira “decidiu, por livre e espontânea vontade, retirar do Poder Judiciário francês a apreciação

da questão” e que, portanto, a ação fora extinta sem julgamento quando, na verdade, o ordenamento jurídico francês não contempla tal possibilidade, haja vista (á semelhança do que se dá no Brasil) cuidar-se de ação pública em que o Ministério Público participa como autor?

9 – Como se justifica a argumentação da AGU contida nos autos de que: “se a criança não foi vítima direta de violência, a violência contra a mãe não deve ser considerada”? Há cabimento reconhecer que o genitor é agressor e ao mesmo tempo presumir que tal caráter não pode manifestar-se em relação à filha? E, ainda, com se justifica a afirmação da AGU quanto a não haverem provas das consequências sobre a criança da violência sofrida pela mãe (*ipsis litteris*: “Não foi juntada qualquer prova de que o Autor teria sido violento com a menor, ou, de qualquer outra forma, seu comportamento pudesse causar risco de dano físico ou psíquico à criança”)?

10 - Quais providências foram adotadas ou, se for o caso, deverão ser adotadas por parte da Advocacia-Geral da União para recomposição da justiça no caso de Valéria de Angelo Ghisi e de sua filha Naomi Alice Smadar Benita Ghisi, haja vista, sobretudo:

10.1 - as duas condenações por litigância de má-fé que foram impostas à AGU, tanto pela Justiça Federal do Paraná, como pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, no Rio Grande do Sul.

10.2 – a imposição de cumprimento ao acórdão do TRF4, determinado pelo juízo da 1ª Vara da JFPR, cabendo à AGU tomar providências efetivas e céleres para o retorno da criança ao Brasil.

10.3 – a constatação, pelo mesmo juízo da 1ª Vara da JFPR, de negligência da AGU em cumprir tal determinação, bem como a evidente disparidade existente entre os diligentes esforços empregados pela AGU no desempenho de seu trabalho, quando tratou-se de atender aos interesses e pedidos da República Francesa e do genitor francês da menor, em contraste à morosa e renitente atuação da AGU, no cumprimento de suas funções nos processos, quando tratou-se de fazer cumprir as decisões brasileiras.

11 - O que justifica a postura da AGU de respaldar as manifestações do Estado francês, no sentido negar a ordem de retorno emitida

pelo Poder Judiciário brasileiro, pelo TRF-4 - em flagrante desrespeito ao princípio da reciprocidade que norteia a cooperação internacional estabelecida pela Convenção - não obstante este juízo (TRF-4) haver caracterizado tal negativa do Estado estrangeiro como abusiva e irregular?

Quanto ao quesito *supra* vale destacar o despacho da juíza da Justiça Federal do Paraná, datado de 10-10-2018, cujo teor é o seguinte:

“embora se valendo da Convenção de Haia, da cooperação direta via autoridade central e da própria autoridade judicial brasileira para o retorno precário da menor à França, o genitor e o Estado francês agora recusam-se à devolução por meio da Convenção e invocam a necessidade de adoção dos mecanismos de cooperação previstos no Acordo Bilateral, especificamente, a carta rogatória para notificar pessoalmente o genitor, embora este tenha advogada constituída no Brasil (ev1, procadm2, p.190, dos autos principais), e o “exequatur” da decisão brasileira. Invocam, ainda, a decisão da justiça francesa, o que vai de encontro ao disposto no artigo 17 da Convenção.”

12 - A Advocacia Geral da União pretende tomar qualquer providência no âmbito administrativo em razão da verificação da falta de observância do princípio da reciprocidade, em termos de cooperação bilateral, por parte de determinados Estados estrangeiros signatários da Convenção sobre os Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Crianças? Nesse âmbito, é ilustrativo e exemplar despacho da mesma juíza da JFPR, no caso concreto *supra*, nesses termos:

“(...) preciso que a União encampe efetivamente a causa - o que fez ao ingressar em Juízo para aplicar e efetivar a Convenção - como questão que efetivamente lhe concerne enquanto Estado soberano e sujeito de direito internacional não se resignando às orientações da autoridade administrativa francesas e tratando a questão como se fosse de natureza privada”.

13 - A Advocacia Geral da União defendeu, no caso concreto, a concessão de tutela antecipada e a ordenação, pelo juízo, da separação entre mãe e filha, de Valéria e Naomi, na forma das seguintes alegações finais apresentadas no processo, nesses termos:

“Não há perigo de irreversibilidade do provimento antecipado ora pleiteado, uma vez que a menor será entregue, pela Autoridade Central brasileira ao Estado Francês, representada por sua Autoridade Central, que tem conhecimento da precariedade da decisão que se postula.”

Diante da posterior e ora vigente negativa do Estado francês em determinar o retorno da menor ao Brasil e à guarda da mãe - e, conseqüentemente, o afastamento do genitor patentemente caracterizado como agressor – que medidas AGU pretende adotar nesse sentido?

14 - Qual a posição da Advocacia Geral da União em relação a afirmação do juízo da JFPR, nos autos do processo, de que *“analisadas todas as irregularidades elencadas conclui que o que houve foi uma verdadeira extradição de Nacional”*?

15 - Qual é a situação processual da Representação - enviada por intermédio da OAB-PR, no mês de maio de 2018 - contra a Procuradora Aline de Almeida Menin, tendo em vista que já houve, por parte da Justiça Federal, condenação da Advocacia Geral da União, AGU, por litigância de má-fé, fraude processual e conluio?

16 - Que medidas a Corregedoria da AGU adotou a respeito do caso até o momento?

17 - Considerando que há casos semelhantes, no País, ao de Valeria de Angelo Ghisi, ou seja, casos em que o Brasil, como Estado Requerido, cumpre os compromissos internacionais de cooperação previstos pela Convenção sobre os Aspectos Civis do Sequestro Internacional de Crianças, concluída na cidade de Haia, em 25 de outubro de 1980, porém, contudo, quando nosso País atua como Estado Requerente, depara-se com a inadimplência ou com conduta recalcitrante por parte de outro Estado signatário, em flagrante descumprimento tanto da citada Convenção como do

princípio da reciprocidade? Proceda a informação que chegou ao Congresso Nacional que haveria no Brasil pelo menos 13 casos semelhantes? Se sim, qual a situação de cada um deles?

Ante o exposto, sendo esses os questionamentos que temos a apresentar, estamos certos de que os esclarecimentos que serão prestados contribuirão sobremaneira para a compreensão e busca de tratamento administrativo e jurídico mais adequado a essas questões. Por isso, rogamos contar com a colaboração de V. Exa. quanto ao fornecimento dos esclarecimentos pertinentes, com toda a agilidade possível, tanto pela importância e candência do tema em si, como em razão das particularidades do caso concreto citado neste requerimento, dada a flagrante injustiça da separação familiar entre a mãe e sua filha ainda na primeira infância. Injustiça esta que se verificou em grande monta como decorrência de erros, falhas ou até mesmo em virtude de eventuais interesses escusos, ainda sob averiguação, tanto de parte de representantes da Advocacia-Geral da União como por agentes públicos da Autoridade Central Administrativa Federal, ACAF, conforme resultou demonstrado e no sentido das conclusões que figuram nos autos dos processos judiciais que tramitaram na Justiça Federal, em 1ª e 2ª instância). Tais fatos nos autorizam a assumir a conclusão, s.m.j., de que estes dois órgãos do Estado brasileiro, a Autoridade Central Administrativa Federal, ACAF, e a Advocacia-geral da União, agindo de forma coordenada detêm, ao nosso aviso, a responsabilidade principal pela consubstanciada iniquidade, a qual deve ser de todo o modo evitada em casos semelhantes que possam estar transcorrendo no Brasil.

Sala das Sessões, em de de 2019.

Deputado GUSTAVO FRUET